



Sarney recomendou aos líderes da Aliança Democrática "todo esforço" para aprovar o substitutivo Valmor Giavarina

Sarney reuniu Conselho para articular votação

A aprovação pelo Congresso Nacional, da emenda do Executivo que convoca a Assembleia Nacional Constituinte para 15 de novembro de 1986, teve na manhã de ontem a sua última articulação decisiva nos bastidores políticos da Nova República. Durante a reunião do Conselho Político com o presidente José Sarney, os líderes da Aliança Democrática — dois senadores e dois deputados, do PMDB e PFL — ouviram esta recomendação do presidente:

— Vamos fazer todo esforço para aprovarmos o substitutivo do deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR), recomendou Sarney aos senadores Hélio Gueiros (PMDB-PA), no exercício da liderança do partido no Senado e Carlos Chiarelli (PFL-RS), líder do seu partido, além dos líderes na Câmara, Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e José Lourenço (PFL-BA).

Agenda invertida

Na agenda de Sarney de ontem com o Conselho Político, a reunião estava marcada para as 11 horas. Mas foi invertida e Sarney reuniu-se com os líderes às 9 horas. A saída, o deputado Pimenta da Veiga, de maneira vaga e genérica, declarou que os líderes da Aliança Democrática foram conversar com o presidente Sarney sobre a votação, "dizer o que foi feito e das dificuldades existentes. Mas não houve fato novo".

E confirmou, em seguida, à pergunta de um repórter que quis saber se os congressistas iriam aprovar a emenda Sarney de convocação da Constituinte: "certamente será aprovado o substitutivo do deputado Valmor Giavarina". Por outro lado, o senador José Fragelli (PMDB-MS), presidente do Senado, confirmou a existência de "um acordo firmado entre as lideranças do PMDB e do PFL, para que seja aprovada a emenda do Poder Executivo, que convoca a Constituinte".

Reforma

Outro tema da reunião de ontem entre Sarney e o Conselho Político foi a reforma tributária. Os líderes garantiram ao presidente que ela seria aprovada. É o senador Chiarelli quem informa: "ficou acertado, na reunião do Conselho com a presidente Sarney, no encontro feito entre os ministros Dilon Funaro, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, e os representantes da Frente Municipalista, que a reforma será aprovada, da forma final decidida pelo presidente".

Essa "forma final", acrescentou Chiarelli, inclui o repasse para os municípios das taxas Rodoviária Única, do ISTR, do imposto sobre veículos usados e "sobretudo o imposto de um por cento do Fundo de Participação dos Municípios, já a partir de primeiro de dezembro próximo". Chiarelli disse ainda que "esse um por cento deverá ser aplicado pelas prefeituras em obras de saúde".

Candidatos compareceram

A maioria dos deputados que estão concorrendo às prefeituras das capitais, vieram ontem para o plenário da Câmara para proferir o seu voto. E a posição de todos foi muito bem sintetizada pelo líder do Governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, aspirante à prefeitura de São Paulo pelo PMDB. Segundo ele "se eu não viesse, a imprensa ia cair de pau em cima de mim, e seria um prato cheio para o Jânio".

Desconforto

Quase todos mostravam um certo desconforto em estar no plenário, pois há alguns meses não compareceram às sessões. Eram cumprimentados por seus companheiros de bancada e até mesmo por adversários, que saudavam seu retorno, às vezes com brincadeiras. Além de Fernando Henrique, compareceram à votação os deputados-candidatos Antônio Moraes, Roberto Freire Sérgio Murilo e Wali Ferraz.

O senador Fernando Henrique Cardoso, ao ser procurado pelos jornalistas para falar com o líder do governo no Congresso, esquivou-se afirmando que não poderia falar como líder governamental porque está afastado do cargo há três meses. Disse que não compareceu a reunião de ontem, pela manhã, do Conselho Político com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto pois desconhecia os meandros da questão da votação da Constituinte.

Enquanto conversava com os repórteres, dentro do plenário, foi-lhe perguntado como estava vendo a situação da votação da Constituinte, e respondeu: "Assistindo de fora como estou, parece um tanto confuso".

Não haverá nova mensagem

O presidente José Sarney, revelou ontem um de seus assessores diretos, não enviará uma nova mensagem ao Congresso Nacional, convocando a Assembleia Nacional Constituinte, caso os congressistas rejeitem a mensagem do Governo. Sarney acompanhou a votação do Congresso, durante todo o dia de ontem, através de informações de seus assessores.

Ainda na viagem de Brasília para São Paulo, Sarney pediu informações sobre o processo de votação da emenda da Constituinte ao seu secretário de imprensa, Fernando César Mesquita, que tentou telefonar para o Senado e Câmara Federal, mas não conseguiu linha. Só em São José dos Campos (SP) é que Sarney conseguiu ficar sabendo

maiores detalhes da votação.

Ao desembarcar em Brasília, Sarney ouviu, na Base Aérea, um relato do seu ministro do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco. Através de sua assessoria para assuntos parlamentares, ligada ao Gabinete Civil, o presidente foi informado de todos os detalhes da votação da emenda. E sobre a declaração de um parlamentar, que chamou Sarney de "omisso" na questão da emenda, Fernando César fez o seguinte comentário:

— Quando o Executivo deixa que o Congresso Nacional exercite sua soberania, o governo é chamado de omissivo. E quando o governo interfere em assuntos do Congresso, é chamado de ingerência.

Pequenos lideraram posições contrárias

As dificuldades surgidas para aprovação de matéria de interesse do governo não significam a comprovação de que lhe falta base parlamentar, mas sim que o Legislativo é hoje um poder fortalecido. opinou ontem o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), que no início da noite previa uma "votação difícil", com "cem ou 120 votos contrários" ao substitutivo da Constituinte.

Para Inocêncio Oliveira, a dificuldade maior estava na motivação encontrada pelos pequenos partidos em sua posição contrária a uma Constituinte congressual, mas ele admitia que o governo ia encontrar resistência no PFL em decorrência da insatisfação com o não preenchimento de cargos no terceiro escalão indicados pelo partido. O vice-líder disse que a proposta de Constituinte exclusiva era algo que inclusive contribuía para "enfraquecer" o Poder Legislativo num momento em que ele "sofre tantas críticas". A seu ver, eleger um Congresso com poderes constituinte é algo que já faz parte da tradição histórica brasileira, "por todas as nossas constituições foram feitas desta forma".

Em relação às dificuldades do governo no Congresso, Inocêncio opinou ainda, que, em vésperas de eleição, nem sempre o político está disposto a votar a favor do que manda o governo, ou o seu partido, mas sim a favor de suas convicções ou interesses pessoais.

Poder Econômico

"Nunca vi, até hoje, povo nenhum saber distinguir entre poder constituinte originário e derivado".

ironizava ontem o deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), ao classificar com "loucura" o movimento surgido em seu partido a favor da proposta defendida por setores de outros partidos a favor da Constituinte exclusiva. Segundo Nonô, com uma Constituinte exclusiva "teremos mais do que nunca legítimos procuradores do poder econômico", que teria condições de eleger, segundo ele, 70 por cento dos constituintes.

Para o ex-vice-líder, se houver um sistema bi-cameral os políticos irão procurar naturalmente o Congresso Nacional, enquanto "os demais" tentarão se eleger para a Constituinte. Esta, assim, terá as portas "escancaradas" para o poder econômico, no seu entendimento, porque os "profissionais da política" dela não participariam. Ele desafiou ainda que se provasse que o Congresso Nacional não conta com representatividade. "A sociedade civil está aqui representada", sentenciou.

A Favor

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), aderiu ao movimento surgido ontem no partido pela Constituinte autônoma, observou que o poder econômico vai atuar de qualquer forma, independente do fato de haver colegiados separados ou não para elaborar a nova Carta. Já o deputado Navarro Vieira Filho (PFL-MG) concordava com a argumentação de que se é para a Constituinte ser feita pelo Congresso, então não há necessidade de eleger um novo Congresso para isso.

Liberais ensaiam rebeldia

A direção partidária negava, mas a bancada do PFL — e inclusive o vice-líder Inocêncio Oliveira (PE) — confirmava que a insatisfação com o não preenchimento de cargos no 3º escalão estava entre os motivos que geravam apreensão quanto à votação do substitutivo à emenda da Constituinte. Assim, o partido que, junto com o PMDB, dá sustentação ao governo Sarney, chegou a assistir ao surgimento de um embrião de rebeldia que acabou não se concretizando: a bancada mineira ensaiou um movimento a favor da Constituinte exclusiva. As 18 horas o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz (MS), participante do movimento "por convicção pessoal", anunciava: "Não deu em nada".

Uma reunião sem sucesso foi ensaiada para o início da tarde, e os mais animados com o movimento eram os deputados José Machado (MG) e Humberto Souto (MG), este último vice-presidente da Câmara, mas a "rebeldia" que não agradou ao líder na Câmara, José Lourenço (BA) morreu de inanição por ter nascido sem tempo para crescer. Para Saulo Queiroz, não se podia de forma alguma alinhar entre as motivações do movimento o fato de vários parlamentares do PFL estarem insatisfeitos com o não atendimento, até hoje, de indicações do partido para o preenchimento de cargos públicos.

"Não devemos misturar, as coisas" — disse Saulo, que não via "de forma alguma" qualquer influência da briga por cargos em possíveis dificuldades para o PFL aderir em peso ao substitutivo de interesse do governo. "Eu, por exemplo — explicava — sempre fui

a favor de uma Constituinte exclusiva". Como, no entanto, o movimento não progrediu, às 18 horas Saulo já informava sua disposição de votar com o governo. Segundo ele, a bancada só não conseguiu reunir adeptos em número suficiente para aprovar a Constituinte exclusiva "porque não houve tempo" de realizar o trabalho, surgido em cima da hora. Haveria votos no PFL contra o governo — previa — mas não de forma organizada.

Num balanço geral, além da insatisfação com a disputa de cargos que, no julgamento dos liberais, beneficiou de forma desigual o PMDB, contribuíam também para as "rebeldias" no PFL algumas insatisfações com posições "desgastantes" das lideranças, que estariam se posicionando facilmente a favor de matérias de interesse do governo, mas de peso impopular; a própria perspectiva de vitória do PMDB em várias capitais, nas disputas pelas prefeituras, o que começa a gerar preocupações no PFL no sentido de adotar posturas mais "populares" — como seria o caso da Constituinte exclusiva —, e, por final, "convicções pessoais" dos que estão, realmente, convencidos de que, para a elaboração de uma nova Carta, deve ser eleito um colégio exclusivo.

Barganha

Não está havendo barganha no PFL na disputa por cargos do governo, garantiu ontem o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), desmentindo assim que os "liberais" estejam colocando dificuldade em cotar a favor de matérias de interesse do Executivo por não terem sido aten-

Governo muda Lei de Greve

O presidente José Sarney vai receber em quinze dias das mãos do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, o segundo anteprojeto de Lei de Greve da Nova República. Pazzianotto, que já teve um outro projeto rejeitado, pois não conseguiu agradar a patrões ou empresários, confessou que dessa vez foi mais "cauteloso" na elaboração do documento.

Contudo, reconheceu que nem mesmo o novo anteprojeto conseguirá "agradar a gregos e troianos". Mas aproveitou para salientar que há uma necessidade premente de uma nova legislação para a questão das greves, pois a atual, que é antiga, já se encontra defasada.

O novo anteprojeto foi montado baseado nas ponderações dos sindicatos patronais de trabalhadores e nas ideias do próprio ministro. O documento está sofrendo algumas estudos finais na Consultoria Jurídica do Ministério, antes de ser entregue ao presidente da República, no próximo mês.

Pazzianotto declarou que serão mantidas as atividades essenciais. Mas elas serão definidas, acentuado, explicando como exemplo que enquanto o transporte de leite e essencial para a população outros tipos de transporte não são.

O primeiro anteprojeto foi elaborado pelo ministro do Trabalho e entregue ao presidente da República em meados de maio. No entanto, surgiram críticas tanto dos trabalhadores, que consideraram que o documento continha poucos avanços reais, como dos patrões, que o acreditavam ser muito liberalizante. A Confederação Nacional da Indústria, órgão patronal, através de seu presidente o senador Albano Franco (PFL-SE), chegou até mesmo a elaborar um texto para que o ministro se guiasse por sua proposta.

Criticado pelos trabalhadores e patrões, e sofrendo ataques de membros do "staff" presidencial, o ministro do Trabalho não teve outra alternativa senão retirar seu anteprojeto para formular novos estudos.

Na agenda desta quarta-feira, o presidente José Sarney receberá, entre outros parlamentares, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), candidato do partido à prefeitura paulista e líder do governo no Congresso Nacional. Cardoso será recebido por Sarney às 12h00min. Na conversa que terá com o presidente, o candidato do PMDB dirá a Sarney que o ministro Olavo Setúbal já está com a sua campanha ao governo de São Paulo nas ruas.

Setúbal está apoiando Jânio Quadros (PTB-PFL) à Prefeitura de São Paulo, com a promessa de que Jânio o apoiará em 86 para o governo paulista.

didos em suas reivindicações por cargos públicos. Também o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), disse que a bancada "não vota em função de cargos".

Para Bornhausen, o que ocorre é a necessidade de se complementar um quadro no 3º escalão que "ainda não se consolidou completamente", com vários dos indicados pelo PFL ainda esperando pela posse. "Falta apenas que se dê cumprimento ao que foi ajustado", disse, lembrando que todos os cargos reivindicados pelo PFL "já estavam acertados".

— Não há problema de barganha, e sim uma ansiedade natural — disse ele — por parte de parlamentares, para que se concretizem as nomeações. O PFL é integrante, faz parte do governo, e por isso é natural que preencha esses cargos". A seu ver, estava havendo também dificuldade do governo devido ao momento em que se vota a emenda da Constituinte, quando os políticos se mobilizam em seus Estados na disputa pelas prefeituras.

O líder José Lourenço classificou como "natural" a dificuldade do governo em votar a matéria de ontem, por se tratar de emenda, que exige quórum de dois terços "e sempre traz dificuldades". Ele opinou que estava havendo "posicionamentos partidários" no PDT e no PT, por exemplo, em favor de uma Constituinte exclusiva, mas não "radicalismos". Quanto à exigência de cargos, pelo PFL, disse que isso não influenciava na votação de ontem, e ironizou: "Realmente há muitos cargos que já foram preenchidos pelo PMDB e não pelo PFL, mas nós temos paciência de esperar".